

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Lei n.º 20/90**

de 3 de Agosto

Autorização legislativa sobre processamento e julgamento de contravenções e transgressões

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea e), 168.º, n.ºs 1, alíneas c) e d), e 2, e 169.º, n.º 3, da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º**Objecto**

É concedida ao Governo autorização para legislar sobre processamento e julgamento de contravenções e transgressões.

Artigo 2.º**Sentido e extensão**

1 — O diploma a elaborar regulará, de forma autónoma, simples e proporcionada, as questões processuais suscitadas pelas contravenções e transgressões.

2 — Serão tidos em conta e desenvolvidos os seguintes princípios:

- a) A concessão de fé em juízo a autos de notícia levantados por autoridade ou agente de autoridade policial que, no exercício das suas funções, presencie ou constate contravenção ou transgressão;
- b) A obrigatoriedade de defensor quando a infracção for punível com pena de prisão ou medida de segurança;
- c) A possibilidade de pagamento voluntário quando a infracção for punível unicamente com multa ou com medida de segurança não detentiva;
- d) A não obrigatoriedade da presença do arguido em julgamento por infracção que não seja punível com pena de prisão;
- e) Nos casos em que for obrigatória a comparência do arguido em julgamento, a falta deste, desde que notificado, determinará o adiamento da audiência sob cominação de, se faltar, ser representado por defensor e julgado como se estivesse presente;
- f) Salvo se o infractor tiver menos de 18 anos, a detenção em flagrante delito por contravenção ou transgressão a que corresponda pena de prisão determinará, em princípio, o julgamento em forma sumária;
- g) Só será admissível recurso da sentença do despacho que puser termo ao processo e do despacho que, não recebendo acusação, não designar dia para julgamento;
- h) O direito processual penal será subsidiariamente aplicável.

Artigo 3.º**Duração**

A autorização concedida por esta lei tem a duração de 90 dias contados da data da sua entrada em vigor.

Aprovada em 7 de Junho de 1990.

O Presidente da Assembleia da República, *Vítor Pereira Crespo*.

Promulgada em 10 de Julho de 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, **MÁRIO SOARES**.

Referendada em 13 de Julho de 1990.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

**MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, PISCAS
E ALIMENTAÇÃO, DA EDUCAÇÃO E DO EMPREGO
E DA SEGURANÇA SOCIAL****Portaria n.º 619/90**

de 3 de Agosto

Considerando que, no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 3828/85, de 20 de Dezembro, que instituiu o Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), foi aprovada pela Comissão das Comunidades Europeias o Programa de Escolas Profissionais Agrícolas;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de Janeiro, criou as escolas profissionais no âmbito do ensino não superior, na perspectiva da multiplicação acelerada de formação profissional e profissionalizante, cuja componente agrária assume especial importância para o desenvolvimento e modernização do sector agrícola;

Manda o Governo, pelos Ministros da Agricultura, Piscas e Alimentação, da Educação e do Emprego e da Segurança Social, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/87, de 4 de Março, o seguinte:

1.º O Programa de Escolas Profissionais Agrícolas, adiante designado por Programa, tem como objectivo reforçar as estruturas existentes de formação profissional agrícola de jovens, de modo a proporcionar-lhes uma qualificação adequada ao eficiente exercício da actividade de empresário agrícola.

2.º O Programa é de âmbito nacional e tem a duração de quatro anos.

3.º O Programa desenvolve-se em duas fases, correspondendo a primeira a um período de três anos, com aplicação no território continental.

4.º A coordenação do Programa compete ao Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP) do Ministério da Educação (ME), em colaboração com a Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura (DGPA), do Ministério da Agricultura, Piscas e Alimentação (MAPA), sendo cometidas àquele Gabinete as atribuições e competências definidas no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 96/87, de 4 de Março.